



Um construtor incomum: Ernesto da Cunha de Araujo Viana (1852-1920) e a defesa da arte e arquitetura coloniais

LORHAN LASCOLLA DE SOUZA*

Apresentação

O presente trabalho, intitulado *Um construtor incomum: Ernesto da Cunha de Araujo Viana (1852-1920) e a defesa da arte e arquitetura coloniais* tem por objetivo apresentar a pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), com a orientação da professora Maria Letícia Corrêa. A pesquisa também está inserida no âmbito de discussões abarcada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais, Sociedade e Política (Gepisp), sediado na Faculdade de Formação de Professores da Uerj.

Com a pesquisa, pretende-se analisar a produção intelectual e trajetória institucional do engenheiro brasileiro Ernesto da Cunha de Araújo Viana, utilizando-a como fio condutor para o estudo das tensões que marcaram o debate em torno da formulação de projetos de modernização da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, na passagem do século XIX para o XX, especialmente no tocante às reformas empreendidas sob a égide da República.

Para melhor compreender algumas posições tomadas pelo engenheiro Araújo Viana, julga-se necessário discorrer brevemente sobre sua ascendência e formação antes. A fim de evitar a “ilusão biográfica” de que fala Pierre Bourdieu (2006), a pesquisa se despoja de qualquer coerência e constância arrogada à trajetória de Araújo Viana. A análise, ao contrário, busca entrever como o mundo social em que ele está inserido e as diferentes espécies de capital em disputa no campo considerado influem sobre ele.

Formação e atuação institucional

Nascido em 1852, no Rio de Janeiro, o engenheiro Ernesto da Cunha de Araújo Viana era filho do médico Ernesto Augusto de Araújo Viana e de Marianna da Cunha Vasconcellos de Araújo Viana, filha de João Inácio da Cunha, o barão e depois visconde de Alcântara. Por

*É aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-FPP/Uerj), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



conta do falecimento do pai, vítima de tuberculose, Araújo Viana passou a ser criado por seu avô paterno, Cândido José de Araújo Viana, o marquês de Sapucaí, a partir dos nove anos de idade.

Viana estudou no Imperial Colégio Pedro II, se diplomou engenheiro civil na Escola Politécnica e chegou a trabalhar na Santa Casa de Misericórdia e na Inspetoria de Terras e Colonização depois de formado, mas firmou-se posteriormente no magistério, professando na cadeira de História e Teoria da Arquitetura na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, que, após a reforma republicana de 1890, transformou-se em Escola Nacional de Belas Artes.

Naquela época, a antiga Academia Imperial de Belas Artes era responsável pelo ensino da arquitetura no Brasil, o que gerava certa disputa com a Escola Politécnica. Conforme Márcia Chuva (1998), a Escola Politécnica propunha ampliar seu próprio curso de engenharia, distinguindo-o ao mesmo tempo da formação do arquiteto da Belas Artes. Pretendia-se, por um lado, incorporar as características construtivas próprias da arquitetura e, por outro, reduzir a formação da Academia Imperial de Belas Artes à de “artistas desenhistas”, traduzindo, assim, uma tentativa de distinção, de controle do espaço e do mercado de trabalho, “[...] para o qual a Escola Politécnica pretendeu desqualificar o profissional formado em Belas Artes, caracterizando-o apenas como um ‘artista’.” (CHUVA, 1998, p. 232).

Em 1915, o engenheiro foi convidado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a ministrar um curso sobre artes plásticas no Brasil. Intitulado *Das artes plásticas no Brasil em geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular*, o curso, dividido em cinco lições, deu-lhe entrada no grêmio do Instituto, que o elegeu sócio efetivo no ano seguinte.

No IHGB, chegou a lecionar na Academia de Altos Estudos, que em 1919 seria transformada em Faculdade de Filosofia e Letras. Trata-se de uma iniciativa pouco conhecida do Instituto, que foi inspirada nos modelos de entidades congêneres, que existiam em Paris e Londres. Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007, p. 108), durante seu funcionamento, “[...] a Academia promoveu a realização de seminários especiais, abordando dentre outros assuntos, *Filosofia da Arte*, *Teoria Matemática das Operações Financeiras* e *A Questão Social*.”.



Em seu discurso de posse, Araújo Viana demonstrara possuir uma forte relação com seus avôs paternos, dos quais alegou ter recebido importante influência. Em sua preleção ele diz:

Enche-me de orgulho desculpável a preciosa coincidência de que dois nomes, caros para mim, pertencem à história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: diretamente o de Cândido Jose de Araújo Viana, marquês de Sapucaí, e indiretamente o de João Ignácio da Cunha, visconde de Alcântara, pelo fato de ter sido o fundador, o primeiro presidente e depois presidente honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual se derivou o Instituto Histórico. (VIANA, 1917, p. 672).

A despeito de não ter conhecido seu avô materno, falecido em 1834, Araújo Viana afirma que a trajetória desse avô, estadista no reinado de d. Pedro I, chegou-lhe “[...] pela legislação, pelos anais do primitivo senado do Império, por documentação legada à família e pela tradição oral transmitida por seus filhos.” (VIANA, 1917, p. 672). Quanto ao marquês de Sapucaí, Viana declara conhecer sua vida, não apenas pelos elementos históricos iguais ou semelhantes àqueles legados pelo avô materno, mas, sobretudo, por ela ter sido narrada por ele próprio, de quem ele diz ter recebido “[...] a iluminação de seu espírito e de sua sabedoria.” (VIANA, 1917, p. 672).

Seu discurso de posse se torna revelador à medida que permite verificar que a influência de seu núcleo familiar foi tão importante quanto a sua formação politécnica. Em última análise, o discurso de posse permite conjecturar ainda que o peso de sua ascendência, o fato de considerar ambos os seus avôs grandes estadistas do Império do Brasil, fez com que Araújo Viana nutrisse grande estima pelo legado imperial. Encontra-se aí um indício a ser analisado com maior acuidade, mas que provavelmente permitiria inferir que a herança desse passado imperial constituiu um dos estímulos norteadores da produção intelectual de Araújo Viana, uma vez que o engenheiro se notabilizou por defender em seus textos a existência de uma essência brasílica inscrita nos edifícios coloniais, lamentando a “monotonia” do ecletismo reinante na arquitetura de seu tempo. Contrapôs-se, assim, à visão imperante entre seus pares na profissão, que vilipendiavam a arquitetura colonial em favor dos estilos *belle époque* de matriz francesa.

Campo científico em construção e expansão no Brasil do século XIX e princípios do XX, a engenharia era classificada como indispensável no processo de promoção de salubridade da cidade, para o diagnóstico e a solução dos problemas de infraestrutura da urbe.



Dentre as associações de classe às quais estiveram vinculados os engenheiros brasileiros no período podem ser destacadas o Instituto Politécnico Brasileiro e o Clube de Engenharia.

O Instituto Politécnico Brasileiro, fundado oficialmente em 1862, pode ser considerado como um marco decisivo na luta pela profissionalização da engenharia no Brasil. Situado em uma sala da antiga Escola Central do Rio de Janeiro, o Instituto Politécnico Brasileiro era, conforme assinalou Pedro Marinho (2008, p. 18), “[...] uma associação civil, onde se reuniam engenheiros e bacharéis em ciências físicas e matemáticas, civis e militares, constituindo-se como a primeira sociedade do gênero no país, desempenhando atividades por cerca de 60 anos [...]”.

Já na última década da monarquia, foi fundado, em 1880, o Clube de Engenharia, outra importante associação de classe, que reunia engenheiros e empresários relacionados às grandes obras públicas. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho (1994), a fundação do Clube de Engenharia selou a associação prática entre a indústria e a engenharia, que se mostrou eficaz na tarefa de transformar radicalmente a natureza do país através da ciência. O objetivo da agremiação era articular os interesses dos engenheiros com o empresariado, destacadamente aqueles que se encontravam ligados ao que era identificado como a ideia de *progresso* para o país. Maria Inez Turazzi corrobora tal inferência ao apontar que a Associação Industrial, primeira entidade de classe voltada exclusivamente para a defesa da indústria, fundada coincidentemente no simbólico ano de 1880, testemunhou que, também no Brasil, “[...] a difusão da engenharia e o surgimento da indústria foram processos intimamente relacionados entre si.” (TURAZZI, 1989, p. 16).

Sócio do Instituto Politécnico Brasileiro e um dos fundadores do Clube de Engenharia, Araújo Viana possui uma trajetória que difere da de alguns colegas de formação, como Paulo de Frotin e Francisco Bicalho, por exemplo, que realizaram as intervenções no traço urbanístico do Rio de Janeiro no tempo da reforma de Pereira Passos, entre outros engenheiros que se destacaram sobremaneira pela participação em projetos de obras de saneamento e embelezamento da cidade, a partir de 1875.

Mais do que capital do Império ou da República, Margarida de Souza Neves salienta a *capitalidade* do Rio de Janeiro como sendo a característica mais particular da urbe. De acordo com a autora, os textos produzidos pela intelectualidade carioca na virada do século XIX para o XX “[...] traduzem muitas vezes um deslizamento discursivo eloquente: referidos à cidade em particular, terminam por incluir em suas reflexões o país em seu conjunto, passando



indistintamente da parte para o todo, e vice-versa.” (NEVES, 1991, p. 55). Em síntese, e para usar a expressão cunhada por Margarida de Souza Neves, o Rio de Janeiro era a “vitrine do progresso”. Concebido como um microcosmo do país, a cidade do Rio de Janeiro funcionava com um grande laboratório, onde se experimentavam as imagens de “nação” que se pretendiam para o Brasil.

Ao se afirmarem como portadores de um saber supostamente indefectível, como assinalado por Simone Petraglia Kropf (1996, p. 180), os engenheiros brasileiros reivindicavam para si a responsabilidade de assumir e resolver os problemas sociais de seu tempo, atuando como guias por excelência ao indicar os rumos corretos a serem tomados pelo país. Nesse contexto, segundo a autora, o debate sobre a reforma urbana do Rio de Janeiro, nos últimos quartéis do século XIX, constituiu o meio para a construção e afirmação da identidade intelectual e social específica dos engenheiros como agentes do programa de estruturação de uma “nova ordem” na sociedade brasileira, adequada aos ideais de “progresso” e “civilização”.

Produção

Embora tivesse escrito artigos sobre higiene e técnicas de topografia, e editado a *Revista dos Constructores*¹ de 1886 a 1895, e tivesse integrado o Clube, Araújo Viana não fazia parte daquele grupo que tinha em comum, além da formação, a atuação institucional através dessa instituição. As diferenças na trajetória de Ernesto da Cunha de Araújo Viana, quando comparada à de seus pares, são observadas em muitos de seus escritos. De acordo com Carlos Kessel (2008, p. 70), na produção desse engenheiro alguns textos se destacam “[...] justamente por se oporem à hostilidade generalizada aos vestígios da arte e arquitetura da época colonial e pela defesa de uma difusa brasilidade artística.”.

No decorrer de sua trajetória profissional, Araújo Viana somou às suas atividades a atuação na imprensa, publicando uma série de artigos sobre arte e arquitetura no Brasil.

¹Curiosamente, o engenheiro não utilizou sua publicação para divulgar as ideias que formularia nos primeiros anos do século XX. As tímidas aparições de Viana em seu próprio periódico se resumiam à apresentação dos números e às seções de expediente. A respeito da *Revista dos Constructores*, é importante observar a relação que Araújo Viana demonstra para com seu patrocinador, d. Pedro II. Segundo Viana (1916, p. 589), a manutenção do periódico só foi possível “[...] devido ao auxílio todo espontâneo, que recebi do imperador. Sua majestade mandava pela tesouraria particular de sua Imperial Casa, diretamente à tipografia, sem eu saber, os recursos para serem pagas as despesas de impressão. [...] O imperador, quando lhe aparecia para agradecer, se limitava a me aconselhar que ‘trabalhasse e não desanimasse’. Sua Majestade, portanto, interessava-se também pela arquitetura.”.



Colaborou com o jornal *A Notícia*², entre 1901 e 1908, e contribuiu coma revista mensal *Renascença*³, entre 1904 e 1907, dentre outras folhas diárias, onde tratou de assuntos vários, sendo sempre sua particular predileção as questões de arte colonial. As crônicas publicadas em ambos os periódicos foram posteriormente transcritas pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, na década de 1980 e, assim como o curso dividido em cinco lições e o discurso de posse, encontram-se disponíveis para consulta *online* na página do IHGB.

Em texto publicado em 12 de janeiro de 1904, no jornal *A Notícia*, Araújo Viana revela sua vasta erudição em questões construtivas e ornamentais, tecendo comentários às varandas das residências ao dizer

[...] que não eram exclusivamente decorativas, visam também o conforto e higiene da moradia, evitam os efeitos da ação solar direta ou refletida. (VIANA, 1985, p. 283).

As velhas casas do Rio de Janeiro derivam das de Portugal, as quais ressentem-se de arte antiga modificada pelo domínio mourisco e por outras influências igualmente orientais. Por mais de uma vez tenho chamado a atenção para o fato, quando essa influência apresenta real interesse artístico e histórico, como nas sacadas de madeiras, nas formas de telhados etc. (VIANA, 1985, p. 284).

Em seguida, Viana recorria às obras de Jean Baptiste Debret arroladas à antológica coleção *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* para analisar as plantas das casas brasileiras tradicionais e compará-las com a dos mouros, chegando à conclusão que as edificações brasileiras, tal como as portuguesas, teriam recebido a influência determinante da arquitetura árabe. A varanda herdada dos mouros, por exemplo, espelharia a perfeita adaptação do artefato arquitetônico ao clima tropical, possibilitando o conforto e a higiene da moradia. Os mouros, segundo Viana, possuíam a “higiene instintiva”, uma vez que era possível verificar

² O periódico era dirigido por Manuel Jorge de Oliveira Rocha, com redação na Rua do Ouvidor. Seu expediente era composto ainda por Demerval da Fonseca, que substituiu Álvares de Azevedo Sobrinho na secretaria; por Cesário Alvim Filho, Castelar de Carvalho e Nicolau Ciâncio, que trabalhavam na redação; por Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Pedro Rabelo, Vieira Fazenda, Luís Murat, Agenor de Roure e Artur Azevedo, como os colaboradores mais conhecidos; por Medeiros e Albuquerque, responsável pela crítica literária; e Salvador Santos, a quem estava entregue a gerência. Apesar de ter sido um jornal vespertino de tiragem expressiva, segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 285), a publicação “[...] era, ainda no início do século, quase alheia à política, informando mais do que opinando [...]”.

³ Segundo Sodré (1999, p. 298), surgida em 1904, como competidora outra emblemática publicação da *belle époque* carioca, a revista *Kosmos*, a *Renascença* era dirigida por Rodrigo Otávio e Henrique Bernardelli. Compartilhava com a *Kosmos* os mesmos colaboradores: José Veríssimo, na crítica literária; Coelho Neto, com as suas fantasias; Olavo Bilac e Guimarães Passos publicavam contos; Sílvio Romero divulgava estudos sociais; Paulo Barreto escrevia crônicas; Elísio de Carvalho comparecia com ensaios, e havia mais Araripe Júnior, Vieira Fazenda, Max Fleiuss, Afonso Celso e o barão de Paranapiacaba.



nos documentos legados por eles “[...] prescrições que modernamente a higiene científica aconselha e indica para as habitações dos climas quentes.” (VIANA, 1985, p. 285).

A pertinência do texto em questão reside no indicativo de que a defesa da arquitetura colonial era formulada pelo engenheiro também por meio do domínio da técnica. Em outras palavras, além de ser representativa da história do país, a arquitetura colonial seria a mais adequada para um país de clima tropical como Brasil.

Já o curso ministrado no IHGB pode ser entendido como uma resposta à obra *A missão artística de 1816*, escrita pelo também engenheiro formado pela Escola Politécnica Afonso D’Escragnolle Taunay, bisneto do pintor francês Nicolas-Antoine Taunay, e publicada na *Revista* do Instituto em 1912.

Em sua obra, Afonso Taunay cunhava a expressão “missão” para se referir à comitiva de artistas franceses que aportaram no Brasil, no tempo de d. João VI. Conforme notado por Lilia Moritz Schwarcz (2008, p. 179), Taunay afirmava que

[...] “a colônia americana vivia abandonada, esquecida e ignorada pelo mundo culto”, e só contava com pintores e escultores medíocres. Também a iconografia portuguesa seria caracterizada como “pobre e sem gosto”, sendo que a vinda dos pintores franceses tiraria a colônia “da modorra secular” em que se encontrava e “despertaria” o Brasil.

Araújo Viana buscou combater a ideia de “missão” formulada por Taunay, embora ele próprio se referisse algumas vezes à comitiva francesa como “missão”.

Ao se contrapor à ideia de que a arte no Brasil teria sido fundada com a “Missão Artística Francesa”, Araújo Viana salientava que

[...] em todo o Brasil, antes do advento da Família Real Portuguesa, muito antes, portanto, da vinda da Missão Artística Francesa e do rei fundar o ensino oficial de Belas Artes no Rio de Janeiro, já se cuidava, com esmero, das artes plásticas, cujos exemplos perduram na Bahia, Minas Gerais, Paraíba do Norte, Pernambuco, em outros estados e nesta cidade; exemplos de arte ornamental, não igualados até hoje, quanto mais excedidos, no talento da invenção, na interpretação decorativa executada, e na solidez das arquiteturas. (VIANA, 1916, p. 537).

Demonstrando-se mais combativo à “colônia de Lebreton”, Araújo Viana completava dizendo

*[...] a audácia forasteira, tão bem hospedada, atira-se com axiomática incompetência a rabiscar, que nunca tivemos nem temos arte nacional! ...Não vale a pena dar-lhes importância: o que falarem não se ouve, o que rabiscarem não se lê...
[...] os brasileiros não poderão se desnacionalizar acompanhando a perversos*



escrevinhadores, que não se contentam com a propaganda manhosa na palestra...
(VIANA, 1916, p. 538).

De acordo com Carlos Kessel (2008, p. 97), a respeito da importância do pensamento de Araújo Viana para difusão do movimento neocolonial no Rio de Janeiro, ele deve ser situado como “[...] uma fonte erudita engajada na divulgação da arte e arquitetura coloniais, uma voz em defesa da preservação do patrimônio artístico e arquitetônico da cidade.”.

Legado

Conforme Maria Lucia Bressan Pinheiro observou (2006, p. 41), o movimento de valorização das raízes brasileiras; isto é, o movimento neocolonial, partiu de dois centros irradiadores: o grupo paulista, baseado nas ideias do engenheiro português Ricardo Severo; e o grupo carioca, centrado em José Mariano Filho, médico de formação, que se notabilizou, no entanto, pelo estudo da arte e da arquitetura brasileira. Segundo Carlos Kessel (2008), José Mariano Filho, que foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes entre 1926 e 1927, ao ser influenciado pela produção de Araújo Viana, projetou-se como um dos principais ideólogos do movimento de revalorização da arquitetura colonial brasileira. Mais do que um mero estilo arquitetônico, o neocolonial foi um movimento cultural e artístico, onde foram amplamente discutidas as formas arquitetônicas que iriam representar e dar a ideia de nacionalidade.

Os anos da administração do prefeito e engenheiro Pereira Passos corporificaram, no Rio de Janeiro, o discurso da identificação do passado colonial como etapa a ser superada nos processos de saneamento e embelezamento das cidades brasileiras. A partir de 1903, as antigas aspirações de uma cidade liberta da realidade de epidemias, ruas estreitas e tortuosas, transportes precários e edificações antigas, traçados considerados remanescências de um período a ser transcendido pelo caminho do progresso e da modernidade, transformaram-se em programa de governo. Entretanto, esta visão de mundo, certamente dominante na imprensa e nas instituições, não evitou que um persistente trabalho de valorização da arte e da arquitetura no Brasil Colonial estivesse presente nas reflexões e na atividade do engenheiro de Ernesto da Cunha de Araújo Viana.

Encerrada em 1920, com sua morte, a produção de Araújo Viana pode ser tida como embrionária do movimento que mais tarde seria denominado de neocolonial. Sua análise pode contribuir ainda para os debates em torno de temas centrais da história dos intelectuais e da



modernização da cidade do Rio de Janeiro e do país no último quartel século XIX e na Primeira República.

Referências

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. LXXVIII, parte II, v. 132, 1916, p. 505-579.

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Posse de Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. LXXX, n. 134, 1917, p. 671-681.

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Varandas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 348, 1985, p. 283-285. [texto publicado originalmente no jornal *A Notícia*, em 1904].

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 1983-191.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Governar por retas: engenheiros na bella época carioca. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 65-91.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil - anos 30 e 40*. 1998. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá, 2008.

KROPF, Simone Petraglia. Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. *Projeto História*. São Paulo, v. 13, jun. 1996, p. 179-187.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. De politécnicos a engenheiros: a engenharia entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil oitocentista. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA Moema de Rezende (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p. 13-24.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural. *Revista CPC*. São Paulo, n. 1, abr. 2006, p. 41-74.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE, p. 1989.